



O cometa mais perto

ESCÂNDALO O Ministério Público fluminense avança nas investigações da “rachadinha” de Flávio Bolsonaro e Queiroz

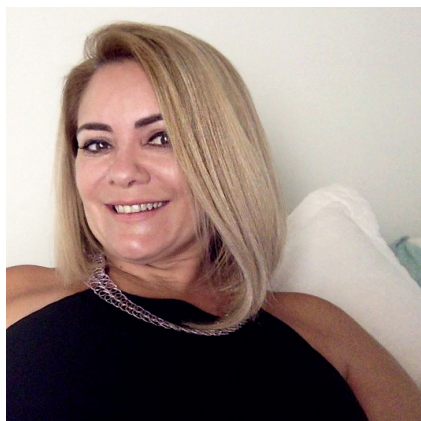
POR TEÓFILO CARVALHO

O guru de Jair Bolsonaro é um astrólogo, mas não consta que a proximidade com a arte de ler as estrelas tenha conferido ao presidente da República dons premonitórios. Resta, portanto, ao Ministério Público do Rio de Janeiro investigar o fluxo de vazamentos de suas investigações. Na sexta-feira 13, nas cercanias do Palácio da Alvorada, Bolsonaro falou espontaneamente: “Virão novas armações”, em referência aos apuros da família. Em

tese, referia-se às circunstâncias do assassinato da vereadora Marielle Franco, mas não só. Dito e feito, embora o termo armação seja de responsabilidade única e exclusiva do ocupante do Palácio do Planalto. Na quarta-feira 18, a polícia fluminense, sob a orientação dos procuradores, empreendeu uma operação centrada no ex-assessor e ex-policia militar Fabrício Queiroz e no filho 01 do presidente, o hoje senador Flávio Bolsonaro.

Segundo o relatório do Ministério Público estadual que serviu como base

para os 24 pedidos de busca e apreensão, 13 ex-assessores de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro ordenaram 483 depósitos ou transferências para contas de Queiroz, em um total de 2 milhões de reais. Ao acatar os pedidos de busca e apreensão formulados pelos procuradores, o juiz Flávio Itabaiana da Costa, da 27ª Vara Criminal, anotou em seu despacho: “Há indícios de que houve a formação de uma organização com alto grau de permanência e estabilidade, composta por dezenas de assessores da



Em família. O atual senador ao lado do ex-assessor e a ex-mulher de Bolsonaro: organização permanente

Alerj, nomeados por Flávio Bolsonaro, para a prática de crimes de peculato e lavagem de dinheiro”.

Um dos locais visitados pela polícia foi a filial da rede de chocolates Copenhagen no Shopping Via Parque, na Barra da Tijuca. Desde 2015, o senador é dono de 50% da loja, em sociedade com Alexandre Santini. O Ministério Público desconfia que Flávio Bolsonaro usava a franquia e alguns imóveis para lavar dinheiro. Os procuradores estranharam a divisão de lucros do estabelecimento. No ano passado, o filho 01 do presidente declarou ter recebido 978 mil reais por sua participação no negócio, quase o dobro do valor embolsado por Santini (506 mil), dono da outra metade. O relatório aponta ainda duas operações suspeitas: os créditos na conta bancária da empresa montada pela dupla para gerir a chocolateria, a Bolsotini Chocolates e Café Ltda., no valor de 6,5 milhões de reais, eram 25% maiores do que o faturamento auditado entre 2015 e 2018, equivalente a 4,8 milhões de reais. Além disso, quase metade dos recursos movimentados pela sociedade se deu por meio de dinheiro em espécie. O advogado do senador,

Frederik Wassef, afirmou que a operação foi conduzida “com truculência indevida” e classificou de “invasão” as buscas na loja no shopping. “A reação de Flávio foi de surpresa, mas sem nenhuma preocupação, porque quem não deve não teme”, declarou Wassef.

O cerco aos Bolsonaro não se restringe a Flávio. As buscas alcançaram parentes da ex-mulher do presidente, Ana Cristina Valle, nomeados a cargos públicos pelo filho 01. Eles são acusados de sacar 4 milhões de reais entre 2007 e 2018, correspondente a 83% dos salários recebidos na Assembleia Legislativa no período.

A retomada das investigações da “rachadinha” só foi possível depois de o Supremo Tribunal Federal autorizar o compartilhamento de dados sigilosos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, responsável por fiscalizar movimentações de grande vulto e sem origem definida. O plenário do STF derrubou uma liminar do presidente da Casa, Dias Toffoli, impetrada pela defesa de Flávio Bolsonaro e que impedia a continuidade das investigações com base nas informações do Coaf. A operação da quarta-feira 18 confirma ainda os vaticínios nada elegantes de Queiroz. Em um áudio vazado à mídia, o ex-assessor da família reclamou: “O MP tá com uma p... do tamanho de um cometa para enterrar na gente. Não vi ninguém agir”.

Bolsonaro revelou a aliados sua angústia com o que considera uma perse-

Segundo o juiz que determinou as buscas e apreensões, há indícios de “prática de crimes de peculato e lavagem de dinheiro”

guição aos filhos. O ministro da Justiça, Sérgio Moro, por sua vez, continua a atuar como advogado de defesa do chefe. Coincidência ou não, no mesmo dia em que a polícia saiu às ruas no Rio de Janeiro para investigar o esquema bolsonarista, os federais cumpriram mandados na 70ª fase da interminável Operação Lava Jato. O objetivo, diz a força-tarefa, é apurar desvios no frete de navios pela Petrobras e baseia-se na delação do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, que relata uma propina de 3,4 milhões de dólares paga pela empresa dinamarquesa Maersk. O assunto foi relegado a segundo plano na cobertura midiática, prova da perda de credibilidade da “República de Curitiba” e da concorrência com temas mais palpitantes.

A ação do Ministério Público contra Queiroz e Flávio eleva um pouco mais o clima de “ou ele ou eu” na disputa entre o presidente e o governador Wilson Witzel. Bolsonaro acusa o ex-aliado de arquitetar as investigações contra seus rebentos – além do 01, no caso das “rachadinhas”, pairam suspeitas sobre Carlos, o Carluxo, no inquérito do assassinato de Marielle. Witzel nega a manipulação, mas não esconde seu desejo de disputar a Presidência da República em 2022 nem faz mais questão de manter as aparências. Em entrevista recente, o governador afirmou manter um diálogo produtivo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e comparou Bolsonaro a Hugo Chávez e Alberto Fujimori. “Ele usa um vocabulário típico de quem não respeita diversidades de opinião. Está no livro *Como as Democracias Morrem*, disparou. “Evidentemente, o Bolsonaro não se preparou para a Presidência. Você não consegue conversar com ele sobre economia. É uma pauta muito mais ideológica do que concreta.” O Rio de Janeiro, base eleitoral do ex-capitão, tornou-se um campo minado para o clã. •